

Mulheres e cuidado: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultural?

Ana Maria Almeida Carvalho

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Universidade Católica do Salvador, Salvador-BA, Brasil

Maria Alice de Almeida

Fundação Visconde de Cairu, Salvador-BA, Brasil

Ana Cecília de Sousa Bastos

Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, Brasil

Resumo: Reflete-se neste artigo sobre práticas e concepções a respeito do cuidar como papel feminino, examinando os pontos de vista psicobiológico e histórico-cultural. São sintetizados dados sugestivos da maior participação feminina em tarefas de cuidado. O enfoque psicobiológico baseia-se no argumento do maior investimento parental feminino, que justificaria especializações e predisposições para o cuidar. O argumento histórico-cultural enfatiza a identificação com modelos como mecanismo fundamental da preservação cultural dos papéis dos gêneros. Procura-se, no final, uma síntese que desvele as profundas interações entre biologia e história, entre natureza e cultura, como ponto de partida para a superação dessas já cansadas dicotomias.

Palavras-chave: Gênero. Relações familiares. Cuidadores. Psicologia e História. História social.

Women and caregiving: psycho-biologically based or culturally arbitrary?

Abstract: This study examines practices and conceptions regarding caregiving as a female role, both from the psychobiological and historical-cultural perspectives. Data suggest greater participation of women in caregiving tasks. The psychobiological approach is based on the argument of higher female parental investment, which would justify specializations and predisposition to caregiving. The historical-social argument emphasizes the identification with models as basic mechanism for cultural preservation of gender roles. The attempt is to achieve a synthesis that unveils the deep interactions between biology and history, nature and culture, as a starting point for overcoming these already dull dichotomies.

Keywords: Gender. Family relations. Caregivers. Psychology relation to History. Social history.

Mujeres y cuidado: ¿bases psicobiológicas o arbitrariedad cultural?

Resumen: A partir de una mirada psicobiológica y histórico-cultural, analizar las practicas y concepciones del cuidar como papel femenino es el objetivo del texto. El abordaje psicobiológica sigue el argumento de mayor atención parental femenino, justificando predisposiciones y mayor atención para el cuidar. Ya que el argumento histórico-cultural enfatiza la identificación con modelos y perfiles femeninos como parte de la preservación cultural de las funciones/papeles destinadas a los géneros. Procurase, al final, una síntesis acerca de las interacciones entre biología e historia, entre naturaleza y cultura, como punto de partida para la superación de estas dicotomías.

Palabras clave: Género. Relaciones familiares. Cuidadores. Psicología y Historia. Historia social.

Cuidar do outro: uma questão de gênero?

A divisão de trabalho entre homens e mulheres não é nenhuma novidade na história humana. Nos primórdios da história da espécie, há mais de cem mil anos, nossos ancestrais praticavam um modo de vida nômade, baseado na caça e na coleta, no qual cabiam aos homens a obtenção de carne e a defesa do grupo, e às mulheres a coleta de frutos, folhas e raízes, o processamento dos alimentos coletados, bem como o cuidado dos filhos pequenos. Segundo evidências relativas a grupos humanos que ainda praticam esse modo de vida, o trabalho feminino de coleta seria responsável por pelo menos 70% do sustento do grupo, uma vez que o produto da caça era mais sujeito a azares e insucessos, assim como a períodos longos de espera pelo retorno das excursões de caçadores (Leakey, 1981; Leakey & Lewin, 1980).

Quando se passa às sociedades agricultoras, outros fatores entram em ação e devem ser considerados. Afinal, a complexidade das relações sociais não se restringe ao tema do trabalho, mas envolve, sobretudo, a análise a partir da produção/reprodução dos aspectos da vida social. Segundo Engels (1884/2002), a revolução agrícola produziu transformações radicais no relacionamento entre os sexos e no lugar social da mulher: a sedentarização, correlata necessária da agricultura devido à espera pela colheita, cria a propriedade e com ela a herança, a partir da qual vem a necessidade da certeza de paternidade, e, portanto, a exigência da virgindade pré-nupcial e da fidelidade feminina pós-nupcial, posteriormente, cria a necessidade de um Estado regulador das relações de propriedade e de outras relações sociais. Nessas circunstâncias, o trabalho feminino tende a ser confinado aos lares, onde a mulher está mais “protegida”, restrita às atividades reprodutivas e domésticas, ou a se limitar a certas atribuições menores na atividade produtiva em ocasiões determinadas, por exemplo, participar da colheita.

Outro aspecto interessante que compõe esse novo modo de vida é a transformação radical nas estratégias de reprodução. Nas sociedades de caça e coleta, os nascimentos são espaçados no mínimo em três ou quatro anos, para viabilizar a criação bem sucedida de cada bebê. No modo de vida agrícola, em contraste, mais filhos, de preferência do sexo

masculino, representam mais força de trabalho nas roças ou no pastoreio, passa a ser desejável que as mulheres tenham muitos filhos, mantendo-as quase que em estado contínuo de gestação. O fato que dentre os 20 ou 25 filhos nascidos de uma mesma mãe, nesse regime, um número significativo não sobreviverá, bem como a própria incidência alta de mortalidade feminina associada ao parto, são minimizados como fenômenos naturais. Esse descaso pela mortalidade infantil e materna vai acompanhar boa parte da história humana pós-agricultura.

Certamente, ao longo da história e das sociedades humanas, há graus diversos de confinamento e de restrição às atividades produtivas e sociais da mulher. Por exemplo, essas restrições parecem ser mais típicas de sociedades regidas por religiões monoteístas, como o judaísmo e posteriormente o cristianismo e o islamismo. Em muitas sociedades politeístas, segundo a mitologia, as mulheres podiam ter participação importante em eventos sociais e ritos religiosos, inclusive porque, em diversas dessas mitologias, a divindade principal era feminina, identificada com a Terra e com a fertilidade e usualmente representada com seios fartos e corpo avantajado (Eliade, 1949/2002).

Provavelmente há diferenças também entre os segmentos socioeconômicos: em camadas mais pobres, a participação da mulher na atividade rural não foi tão restringida, até pela necessidade de braços para o trabalho. A imagem que formamos da vida feminina na Antiguidade refere-se principalmente às camadas privilegiadas, excluindo escravos e escravas, e também os homens e mulheres livres de condição social inferior. As *Mulheres de Atenas* cantadas por Chico Buarque não pertencem a essas categorias: são esposas de cidadãos que se ocupam dos negócios e da administração da cidade-estado, bem como da liderança nas guerras.

É provável que essa mesma diversidade, escondida sob os valores das classes dominantes – que são os que nos chegam –, tenha percorrido a história medieval e a história moderna anterior à Revolução Industrial. Além disso, mesmo entre nobres e cavaleiros, as esposas e/ou filhas, às vezes as irmãs na falta destas últimas, necessariamente assumiam pelo menos parte da responsabilidade pela administração

da vida econômica da família, dadas as ausências freqüentes e prolongadas dos homens. Um exemplo dessa situação, no século XVI, é a atribuição às esposas, pelos donatários de capitâneas hereditárias no Brasil, de poderes sobre a propriedade durante suas ausências para guerras ou outras aventuras (Bueno, 1999).

Após mais de vinte e cinco séculos – se incluímos a história das civilizações pré-cristãs – chegamos à segunda grande revolução no modo de vida das sociedades humanas: a Revolução Industrial. Mais uma vez, é impossível não notar diferenças entre as classes sociais em termos da participação da mulher no trabalho produtivo: o proletariado é composto de homens e mulheres, inclusive crianças; a discriminação fica por conta dos salários, sempre mais baixos, para mulheres e crianças, como ocorre até hoje em muitos setores; são as mulheres de classe média e alta que ficam confinadas e alijadas do trabalho produtivo, buscando a modelagem de perfis de distinção, de honra e de cuidadora do lar, da família e das futuras gerações.

Finalmente, durante as Grandes Guerras do século 20, e na fase de reconstrução que se seguiu a elas, a participação de mulheres no mercado de trabalho cresce exponencialmente, bem como sua penetração em setores e atividades tradicionalmente masculinos. Foi justamente na década posterior à Segunda Guerra que a participação feminina no mercado de trabalho cresceu, principalmente em setores como serviços, escritórios, comércio e serviços públicos. Também se ampliavam as oportunidades nas áreas de saúde (enfermeiras, médicas, assistentes sociais) e de educação, representando um aumento na exigência por qualificação e escolaridade (Silva, Nader, & Franco, 2006).

Contemporaneamente, pelo menos em sociedades mais democráticas, o acesso ao mercado de trabalho, em princípio, é oferecido igualmente a homens e mulheres, inclusive com margem razoavelmente ampla de opção entre áreas e carreiras. Em 1999, cerca de 40% da população brasileira economicamente ativa era constituída por mulheres. A distribuição dos ocupados por gênero no Brasil era de 46.480.921 de homens e 32.834.366 de mulheres. As taxas de desemprego são sempre um pouco superiores entre as mulheres, em 1999, nas principais capitais

brasileiras, variaram de 15,9% a 25,8% entre os homens e de 20,4% a 29,9% entre as mulheres. Da mesma forma, a curva de salários discrimina as mulheres, com 24,6% de mulheres recebendo até um salário mínimo, contra 17,0% dos homens; 28,0% de mulheres entre 2 e 10 salários mínimos, contra 45,4% de homens; e 4,1% de mulheres acima de 10 salários mínimos, contra 8,1% de homens (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], 2001).

No que se refere ao progresso na carreira, embora inegavelmente as mulheres estejam conquistando novos territórios profissionais, dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos demonstram que as mulheres continuam nos setores tradicionalmente de ocupação feminina, notadamente na prestação de serviços (29,8% ou cerca de 8 milhões em 1995), (DIEESE, 1997). Entre esses setores destaca-se o ensino, uma das áreas que menos vêm mudando ao longo dos tempos.

Para Delcor e cols. (2004), a docência, assim como a enfermagem, foi considerada “atividade própria das mulheres por envolver o cuidado dos outros” (p. 189). As mulheres foram chamadas para ocupar os cargos de educadoras, considerando-se o trabalho na creche e na escola como uma continuação das tarefas exigidas no âmbito doméstico (Beraldo & Carvalho, 2006). Bomfim, Bastos e Carvalho (2007) relatam que, entre seis famílias nas quais um dos membros teve que ser internado em UTI (Unidade de Terapia Intensiva), apenas em uma família um cuidador do sexo masculino assumiu responsabilidade pelo acompanhamento do paciente, tratava-se de um viúvo que há anos, desde sua aposentadoria, já cuidava de toda a administração doméstica e da atenção aos filhos. Em outras dez famílias em que havia entre os filhos um paciente crônico (paralisia cerebral), e cujas mães recrutavam a ajuda de outros filhos para o atendimento ao irmão ou irmã, Soares (2005) relata que: (a) nos casos em que o filho recrutado é do sexo masculino, ou só há irmãos do sexo masculino, ou ainda só há uma irmã, mais jovem do que eles (que também eram mais jovens do que o paciente a ser cuidado); (b) nos casos em que meninas são chamadas a cuidar, pode haver irmãos mais velhos que não são recrutados; mesmo quando a irmã é mais

jovem do que o paciente, e tem um irmão mais velho, é a irmã mais jovem que a mãe solicita auxílio. Apesar das limitações desses dados em termos quantitativos, eles parecem sugerir uma atitude que leva as mães a preferirem entregar o cuidado do filho com necessidades especiais a uma irmã, a menos que não haja essa alternativa.

Além da permanência em áreas “femininas”, estudos mostram que a maioria dos cargos gerenciais ou executivos em empresas e no governo se mantêm nas mãos de homens (Silva e cols., 2006). Em sua análise de sete empresas familiares, Almeida (2005) encontra apenas um caso em que o papel da mulher na empresa é paritário ao do marido em termos de responsabilidades financeiras e gerenciais; em todos os demais, é o marido o responsável pela administração financeira, ao passo que a esposa cuida de aspectos do cotidiano e das relações pessoais dentro da empresa. No caso excepcional, a relação do casal também era peculiar: tratava-se de uma relação de “quase bigamia”, em que o homem mantinha um lar estável e a parceria com a sócia da empresa incluía uma relação amorosa extraconjugal.

Outro lado da moeda: se consideradas retrospectivamente, essas tendências documentam um crescente ingresso da mulher em campos de trabalho reservados anteriormente ao homem. Crescem também as proporções de mulheres no ensino superior, fenômeno acelerado quando se considera que datam de menos de um século os primeiros registros de matrículas femininas nesse nível de instrução.

Qualquer que seja o grau e tipo de participação da mulher no mercado de trabalho ao longo do processo histórico, mulheres tipicamente cumpriram e continuam a cumprir jornada dupla: os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos ainda recaem sobre elas na grande maioria dos casos. Essa dupla jornada torna-se mais visível na sociedade urbana contemporânea, em que participar do mercado de trabalho quase sempre significa trabalhar fora de casa, com as complexidades que essa condição introduz no cuidado dos filhos e do lar.

Quem cuida dos filhos na falta parcial ou total das mães, seja por contingências de trabalho ou por outros fatores? Na história do Brasil, bem como em outras partes do mundo, pesquisas revelam a

ocorrência de situações que parecem implicar a “negação da maternidade”, na contra-corrente da ideologia dominante (Del Priore, 2001). O abandono de crianças – seja pela pobreza, condenação em relação às mães solteiras ou esfacelamento da família em relações escravagistas – foi contornado, entre outras medidas, pela fundação de instituições religiosas como as câmaras e as Santas Casas de Misericórdia, que contavam com “mulheres criadeiras”, religiosas ou funcionárias, que procuravam suprir a lacuna criada pela ausência materna e paterna. De acordo com um manual para criação de filhos do século XVII, de autoria de Alexandre de Gusmão, um dos fundadores de seminários jesuítas do Estado da Bahia, cabia à mãe a criação e ao pai a direção. “Durante os primeiros anos de vida dos bebês, todo trabalho pesava sobre a mãe. Assim, a que não assumisse os filhos quebraria as regras da vida social por comprometer a formação do futuro adulto” (Del Priore, 2001, p. 201).

No mundo contemporâneo, essa ideologia rígida que levava até mesmo mães de famílias influentes a abandonarem filhos por pressões sociais tende a desaparecer, paralelamente às transformações na própria família, embora o abandono continue a ser um fato social, agora decorrente basicamente da pobreza (Carvalho, 2007). Nos estratos sociais mais privilegiados – tal como sempre ocorreu em fases históricas anteriores – tarefas domésticas e de cuidado das crianças são compartilhadas com babás, outros membros da família ou educadoras de creche – em todos os casos, tipicamente, mulheres. Castro, Miranda e Almeida (2007) salientam que entre as transformações históricas da família incluem-se novas relações de gênero e com estas a desestabilização da figura do pai como lei e autoridade; mas apontam também que os homens continuam a desempenhar papel secundário no que se refere ao cuidado dos filhos e outras tarefas domésticas. Em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) para a região metropolitana de Salvador, Borges (2007) aponta a enorme discrepância entre homens e mulheres no uso de tempo para tarefas domésticas, de duas a cinco vezes maior para as mulheres, independente de sua condição de emprego, ressalta que, embora a jornada feminina de trabalho externo seja em média inferior à dos homens, a diferença não

compensa a sobrecarga em tarefas domésticas, e lembra que a participação masculina nessas tarefas, além de limitada, é bastante seletiva, como evidenciam Araújo e Scalón (2005) e Sorj (2004).

Em nosso meio, Araújo e Scalón (2005) encontram indícios de aumento da participação masculina em cuidado dos filhos, mas não em tarefas domésticas. Resultados que são confirmados em Araújo e Scalón (2006): entre oito tarefas domésticas investigadas, apenas uma (pequenos consertos) apresentou participação masculina significativa (54% de exclusividade na tarefa); no caso de cuidado das crianças, a participação masculina exclusiva não ocorreu em nenhuma das sete tarefas investigadas; o que aparece com maior frequência (30% ou mais), segundo declarado pelos pais, é a participação conjunta com a mãe em brincar, levar ao médico, colocar para dormir, acompanhar tarefas escolares e levar/pegar na escola, mas, nas declarações de mães, apenas brincar (pai e mãe juntos) ocorre em mais de 20% das respostas.

Jablonski (2007) identifica a profunda alteração nos papéis de gênero tradicionais em decorrência do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, levando a crer em maior igualdade ou flexibilidade desses papéis. No entanto, reconhece que, ainda que existam alguns indicadores de maior participação masculina em atividades relacionadas aos filhos, o mesmo não ocorre em relação a tarefas domésticas. Apesar das mudanças culturais, em seu estudo qualitativo com oito casais, verifica que “parece ainda persistir uma visão conservadora dos papéis dos cônjuges no que se refere às tarefas domésticas e à responsabilidade pelo cuidado e educação dos filhos” (Jablonski, 2007, p. 209). As práticas dos homens nessas tarefas aparecem como coadjuvantes e complementares em relação às das mulheres. Essas observações são corroboradas por Rocha-Coutinho (2003), em pesquisa qualitativa com 12 mulheres executivas cariocas entre 25 e 45 anos. Seus resultados indicam a manutenção dos papéis de gênero, com participação periférica dos homens nas tarefas domésticas enquanto as mulheres tentam conciliar trabalho extra-doméstico e família.

Esses e outros trabalhos indicam que, ao passo que as mulheres se mostram aptas a desempenhar

funções tradicionalmente masculinas no âmbito do mercado de trabalho, a maioria dos homens ainda não assumiu o desempenho de tarefas tradicionalmente femininas, principalmente as de cuidado, e só as desempenham – quando isso ocorre – de forma complementar ou auxiliar em relação à mãe ou outras figuras femininas (Torres, 2004). Essa forma de complementaridade também é descrita no trabalho de Andrade, Costa e Rossetti-Ferreira (2006) a respeito de paternidade adotiva.

Refletindo sobre essas várias linhas de evidência, perguntamo-nos: a que atribuir essa diferença entre homens e mulheres nas suas reações a mudanças socioeconômicas e culturais? Será o cuidado/zelo um papel essencialmente feminino? Se o é, por quê? Quais os valores sociais associados ao cuidado? Quais as origens e os fundamentos, se é que os há, desse tipo de distribuição de tarefas entre os gêneros? Qual a diferença entre o trabalho de prover sustento (lembrando que as mulheres também têm parte significativa neste) e o trabalho de cuidar? Pensar nessas questões requer, inicialmente, uma reflexão sobre a própria noção de cuidado.

Em seu livro *Caring and Curing*, Numbers e Amundsen (1986) partem da conexão entre esses termos e os campos da Medicina e da Religião. Lembram a antiga – e segundo eles, esquecida – herança de envolvimento das tradições religiosas com assuntos médicos, e a ampla influência que os valores religiosos continuam a exercer sobre atitudes e práticas quanto a doenças, sexualidade e estilo de vida, mais claramente notada em assuntos controversos tais como aborto e eutanásia. Até nossos dias, saúde e doença são vistas em termos sobrenaturais (graça ou castigo ou purificação, por exemplo). O cristianismo entrou no mundo como *the religion of healing* (a religião da cura), sinalizando outra vertente de significações, inclusive salvação.

Durante boa parte da história ocidental, pelo menos em culturas cujas religiões deixavam espaço para a atuação social feminina, mulheres foram responsáveis pela ministração de cuidados médicos, especialmente no que se refere ao parto. Esse lugar passa a ser negado à mulher conforme a medicina se torna institucionalizada como saber e é apropriada pelos homens (Spink, 1982).

O saber a respeito de cura foi tratado como feitiçaria durante a Idade Média e levou muitas mulheres à fogueira. Curar e cuidar parecem ter sido historicamente separados, restando à mulher papéis complementares do cuidado com a saúde (enfermagem, assistência), ao passo que aos homens se atribuíam os papéis mais valorizados de detentores do saber médico. Caberia pensar que, nessa separação dos cuidados dados por homens e mulheres, reproduzem-se outras visões, entre matéria e espírito, entre saber prático e teórico, entre pensar no outro (interno/íntimo/privado) e pensar sobre o mundo (externo/público)?

Para alimentar a reflexão sobre essas questões, recorreremos à Psicologia, em duas vertentes: aquela que se alimenta de hipóteses psicobiológicas, e a que se baseia em hipóteses culturalistas – correspondendo à dicotomia clássica entre natureza e cultura.

O enfoque psicobiológico

Segundo Rodrigues (1998), o enfoque psicobiológico considera a evolução parental como evento chave do surgimento da sociabilidade na classe dos vertebrados. O aparecimento dos sinais envolvidos na relação pais-filhos – as solicitações infantis e as respostas afetivas dirigidas aos filhotes – criou condições para o desenvolvimento de relações amigáveis e afetivas dos adultos. O aparecimento do cuidado parental se constituiu em um momento crítico na evolução comportamental dos vertebrados e insetos superiores. A evolução do estabelecimento de vínculos entre indivíduos começou com o cuidado parental e marcou o segundo momento decisivo na evolução dos vertebrados. Sendo o homem um primata, a reflexão sobre o cuidado parental humano, tal como de outros animais, deve levar em conta a análise do investimento parental de um ponto de vista funcional e evolutivo. A estratégia humana original de reprodução, segundo este enfoque, é o nascimento de poucos filhotes e grande investimento parental e/ou grupal em cada filhote. Na análise comparativa entre os gêneros, essa tese sugere, no caso do ser humano, que a mulher seria mais predisposta ao cuidado dos filhos, com base no argumento funcional e evolutivo de que seu investimento parental é maior do que o do homem.

O que é investimento parental? No ambiente humano de evolução, além dos nove meses de gestação, a criação bem sucedida de um filho envolve longos meses de amamentação e atenção constante para a proteção dos bebês, que deviam ser carregados nas excursões de coleta de alimento. Em sociedades de caça e coleta, possivelmente o melhor modelo de que dispomos sobre o ambiente em que se processou a evolução humana, esse investimento significava e ainda significa, nas sociedades remanescentes, três a quatro anos de vida da mãe – que se expressam, como vimos acima, no espaçamento entre nascimentos típico dessas sociedades, e em um número limitado de filhos por mãe, lembrando que a expectativa média de vida não ultrapassava 40-50 anos, na melhor das hipóteses.

Nessas condições, a perda de um filho é um custo evolutivo, em termos de sucesso reprodutivo ou transmissão de seus genes para a geração seguinte, muito mais alto para a mulher do que para o homem, que pode produzir descendência com diversas mães e pouco investimento. Seria de esperar, portanto, uma especialização maior da mulher do que do homem nas tarefas de cuidado parental. Supõe-se, para complementar a hipótese, que a predisposição cuidadora poderia se generalizar para outros parceiros sociais além dos filhos, tais como idosos e parentes sozinhos.

Ao contrário do que usualmente se acredita, a hipótese do investimento parental não implica determinismo genético ou manifestações comportamentais imunes ao ambiente. Implica antes, como qualquer manifestação do potencial genético, em encontro e interação com um ambiente que permita essa manifestação – concepção repetidamente apontada por etólogos e mais recentemente pelo lingüista Burling (2005, p. 29):

Tudo o que os seres humanos são ou fazem (ou que outros animais são ou fazem), tudo o que tem a ver com nossos corpos, nossas mentes e nosso comportamento, decorre da ação conjunta de hereditariedade e ambiente. Nada poderia se desenvolver se os genes não o possibilitassem, e nada poderia se desenvolver sem um ambiente adequado. É bobagem perguntar se a hereditariedade ou o ambiente são responsáveis por

algum traço humano, tal como estatura, linguagem, *rock and roll*, soletramento ou inteligência. Hereditariedade e ambiente têm o seu papel em tudo.

Assim, por exemplo, as pré-adaptações para o apego mãe-filho (que pode também ser pai-filho, ou avó-neto, mas depende sempre de uma troca social individualizada) só podem se expressar se os bebês tiverem oportunidade de interação com a mãe ou outros adultos nos primeiros meses ou anos de vida. A construção de relações depende da oportunidade de trocas sociais concretas na interação cotidiana. Em condições habituais, para evitar a palavra “normais”, da vida humana, essa oportunidade é maior entre mãe e filho(a) do que entre outros adultos e o bebê. Além disso, a literatura das últimas décadas a respeito de competências do recém-nascido e de interação mãe-filho no início da vida evidencia a existência de um ajuste biológico muito fino no sentido de favorecer essa ligação (Bowlby, 1984; Bruner, 1976; Condon & Sander, 1974; Eckerman, Oehler, Medvin, & Hannan, 1994; Field, Woodson, Greenberg, & Cohen, 1982; Meltzoff & Moore, 1977; Schaal e cols., 1980; Stern, Beeb, Jaffe, & Bennet, 1977). As diferenças culturais quanto ao envolvimento de mães e pais na criação de filhos não deveriam, portanto, obscurecer a percepção das regularidades: mães tipicamente assumem responsabilidade maior pelo cuidado e nutrição das crianças pequenas, enquanto pais se responsabilizam por outras esferas.

Outro argumento que vem ao encontro da hipótese do investimento parental e da decorrente superioridade feminina nas tarefas de cuidado deriva de estudos de interação criança-criança. Em uma revisão enfatizando os estudos sobre comportamento de cuidado entre crianças, Lordelo e Carvalho (1989) encontraram diversas indicações de prevalência e predisposições do sexo feminino para esse tipo de comportamento em diferentes situações. Meninas parecem mais orientadas para bebês, obtêm escores mais altos em diversas medidas de empatia, apresentam mais fala maternal (*baby talk*) e envolvem-se mais em ações de cuidado físico, tais como limpar, pentear, trocar fraldas, na interação com bonecos. Em seu próprio estudo, Lordelo e Carvalho, observando grupos de crianças de 5 a 80 meses em atividade

livre, sem intervenção ou orientação de adultos, encontraram diferenças a favor de meninas nas categorias denominadas *mimar* e *cuidar fisicamente*, enquanto a maior parte das interações de meninos se situaram na categoria *ensinar*; nos dois casos, os comportamentos que podiam ser caracterizados como cuidar dirigiam-se preferencialmente a crianças mais jovens.

Outro indicador possível é a incidência de famílias chefiadas por mulheres, especialmente em estratos socioeconômicos mais baixos, mas também em estratos médios e superiores. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2000, um quarto das mulheres brasileiras que trabalham são chefes de suas famílias, sendo que 30% delas se encontram abaixo da linha da pobreza (Cavalcanti, 2005). Homens parecem ter mais facilidade de se afastar da família e dos cuidados parentais, o que é compatível com o menor investimento parental masculino. Mulheres com frequência assumem todos os encargos da parentalidade, associando tarefas de sustento e tarefas de cuidado, com maior ou menor sucesso. Ainda sobre esse tópico, as estatísticas a respeito de divórcio e re-casamento sugerem que homens raramente assumem as tarefas cotidianas de cuidado, em geral voltando a se casar, enquanto entre mulheres é mais comum o acúmulo de papéis de cuidadora e de provedora e a manutenção do *status* de separada.

A interpretação desse tipo de indício é complexa. Embora todos os indícios alegados acima sejam compatíveis com a hipótese biológica do investimento parental, e da maior dotação feminina para o cuidado do outro, também é possível interpretá-los segundo uma concepção culturalista, em que a ideologia, as práticas correntes e outros fatores culturais mais ou menos arbitrários seriam os responsáveis pela divisão histórica do trabalho.

O enfoque culturalista

O enfoque culturalista, seja em Psicologia ou em outras Ciências Humanas, remete necessariamente ao conceito de “condicionamento cultural” de Benedict (1934/2006), segundo o qual cada cultura seleciona, dentro da gama de possibilidades humanas, algumas características aceitas como adequadas para

seus membros, sendo as culturas, portanto, as principais reguladoras da personalidade. Outro antropólogo que até hoje marca os sentidos contemporâneos de culturalismo é Franz Boas, de quem Benedict foi discípula (Mead, 1950/2000).

A hipótese mais simples e difundida neste enfoque é a de que a socialização primária para papéis masculinos e femininos seria a responsável pelas diferenças psicológicas entre homens e mulheres em termos de predisposição e competência para o cuidado. Meninas seriam encorajadas desde cedo a brincar com bonecas e casinhas, brincadeiras que são desencorajadas e até punidas entre meninos – entre outros motivos, por receio de futuro homossexualismo. A socialização masculina encorajaria força, valentia, contenção emocional, exploração do mundo, enquanto a feminina encorajaria cooperação, sensibilidade, solidariedade e atividades espacialmente mais restritas (Lyra e cols., 2005).

No limite, esse modelo peca por um excesso de simplismo. Ele ignora a condição da criança como agente ativo de seu desenvolvimento, como indivíduo que faz escolhas entre as opções oferecidas pelo seu ambiente, condição que hoje é reconhecida como um dos pilares de qualquer teoria de desenvolvimento. No entanto, há outras formas mais elaboradas de atribuir exclusivamente à influência do ambiente social ou à transmissão cultural, as diferenças entre os gêneros em termos de propensão ao cuidado.

Para exemplificar, podemos citar a identificação com modelos, um dos processos básicos de constituição de identidade de gênero e de transmissão cultural. Identificando-se com figuras femininas relevantes de seu entorno social, a menina tenderia a assimilar seus valores, suas práticas e seus papéis, constituindo-se como pertencente ao gênero feminino, perpetuando esses valores, práticas e papéis, o mesmo processo ocorreria com os meninos e seus respectivos modelos. Berger e Berger (1977) enfatizam particularmente o papel da linguagem nesses processos de transmissão: é por meio da linguagem que a criança, em sua experiência cotidiana com parceiros sociais, é envolvida em aspectos macrosociais que se situam além do microcosmo das experiências imediatas, e toma conhecimento do mundo externo e dos papéis sociais nele prescritos.

Cabe lembrar que a identificação com modelos não é mecânica e determinada: não necessariamente a menina se identifica com a mãe (poderia, por exemplo, identificar-se com uma tia que é uma executiva bem sucedida e sem filhos) ou o menino com o pai (ao invés, poderia identificar-se com um artista pop que oferece modelo bem diferente daquele de sua família de origem), pode haver inclusive uma identificação cruzada em termos de gênero (o menino com a mãe, e a menina com o pai – ou com outras figuras femininas/ masculinas).

Em média, no entanto, a identificação tenderia a ocorrer de maneira a maximizar a possibilidade de transmissão e permanência dos valores, atitudes e práticas dominantes em uma cultura particular. Mudanças culturais freqüentemente são lentas e, muitas vezes, um preço alto é pago por aqueles que as introduzem e/ou as defendem.

A modelagem cultural é central na obra de Mead (1950/2000), uma das pioneiras do culturalismo. Analisando observações realizadas em três grupos culturais da Nova Guiné, Mead argumenta que cada cultura seleciona certos traços ou atitudes humanas, que não teriam necessariamente base biológica em termos de sexo, para compor o modelo dominante de sua organização social; e inculca esses modelos nas crianças mediante seus procedimentos de criação e educação. O modelo adotado pode, como no caso dos Arapesh, enfatizar traços que chamaríamos de femininos: homens e mulheres ocupam-se prazerosamente tanto do cuidado quanto do sustento; pode atribuir modelos diferentes aos dois sexos, seja na forma habitual nas sociedades ocidentais ou de forma praticamente oposta a esta – como entre os Tchambuli, cujas mulheres têm papéis dominantes tanto como provedoras quanto como cuidadoras, e os homens são responsabilizados pela produção artística, pelos ritos e outras tradições culturais; ou ainda, como entre os Mundugumor, que enfatizam, para os dois sexos, o que chamaríamos de traços masculinos – e aqui, apenas mulheres cuidam, mas de má vontade e negligentemente; é interessante notar que as conseqüências potencialmente danosas dessa negligência são minimizadas pelos cuidados ministrados por membros “desviantes da norma” – no caso, tanto homens quanto mulheres com traços que chamaríamos

femininos – o que, segundo a autora, viabiliza a continuidade dessa cultura.

Outra observação interessante no contexto da atribuição de papéis relacionados ao cuidar e das formas de sua perpetuação cultural é a de que mães que solicitam a ajuda dos filhos para tarefas domésticas tendem a distribuí-las segundo a estereotipia de gênero prevalente em sua cultura: meninas são chamadas para cuidar dos irmãos menores, para limpar a casa e ajudar na cozinha, enquanto os meninos recebem mais incumbências “de rua”, do espaço público, do exterior, como fazer pequenas compras, levar recados ou encomendas (Bastos, 2001; DaMatta, 2000).

Ao reproduzir essas estereotipias, as mães dariam mais oportunidade de prática de cuidado às meninas? O que refletiria em aumento de sua competência nessa área e retroalimentaria a tendência a solicitar a ajuda das meninas para essas tarefas. Ou será que as mães tendem, por identificação de gênero, a confiar mais nas meninas do que nos meninos para a realização dessas tarefas, considerando-as mais competentes *a priori*?

Ambos os fatores podem estar presentes e atuar de forma interativa: se atribui mais competência à menina nessas tarefas, a mãe a constitui como mais competente e lhe dá assim a oportunidade de efetivamente tornar-se tal. Por outro lado, retomando o enfoque psicobiológico e a suposição de que as mulheres têm uma propensão e/ou uma preparação diferenciais para o cuidado, pode ser que as mães identifiquem essa competência diferencial na prática e sejam orientadas por ela. Novamente, a interpretação desse tipo de dado não é simples, e envolve uma interação complexa entre características de gênero e experiências culturais.

Outra fonte de modelação cultural que tem sido apontada é a escola. Cavalcanti (2005) comenta que, embora atualmente as mulheres ultrapassem os homens em nível de instrução, em 2002, constituíam 53,5% das concluintes do ensino fundamental, 58,5% do ensino médio e 61,4% do ensino superior, segundo relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (conforme citado por Cavalcanti), a discriminação de gênero continua presente nas propostas escolares e no material didático, que vincula homens ao trabalho e a relações

externas e mulheres à vida doméstica e familiar. Por exemplo, as professoras, em sua maioria do sexo feminino, refletem em seu trabalho os preconceitos e valores que permearam sua própria educação, contribuindo para perpetuá-los. A diferenciação de objetivos entre a educação masculina e feminina está bem marcada nas propostas curriculares do século 19, com a formação em escolas separadas, além de atividades extracurriculares direcionadas para a construção da mãe/esposa (Cavalcanti, 1996).

Um ângulo interessante e pouco usual de análise dessas questões é sugerido por Lyra e cols. (2005): raramente se considera que esse modelo de socialização priva os meninos de experiências potencialmente importantes em termos afetivos e de competências sociais. É como se não fosse permitido aos homens se tornarem cuidadores. Note-se que nas últimas décadas, pelo menos em camadas socioeconômicas mais privilegiadas, essa distinção parece tender a se reduzir: em correspondência à crescente participação feminina, em condições de igualdade ou quase igualdade, no mercado de trabalho formal, jovens casais parecem praticar cada vez mais uma divisão de tempo também mais igualitária no que se refere ao âmbito doméstico e especialmente ao cuidado dos filhos, incluindo-se aí a presença e participação de pais na situação de parto. É possível supor que essa tendência, se consolidada, configure mudança cultural importante, que poderia se propagar para outras camadas da sociedade.

Em médio e longo prazo, esse poderia ser um teste interessante em termos de comparação entre os dois enfoques abordados aqui. Mas, antes disso, será possível (e/ou útil) de alguma forma identificar complementaridades nesses dois enfoques ou mesmo integrá-los?

Mulheres cuidadoras: um universal cultural? A questão dos valores

Um desafio que se coloca aos enfoques radicalmente culturalistas é compreender a recorrência de certas formas culturais ao longo da história em sociedades independentes e em momentos diversos do tempo. É como se essas formas refletissem uma estrutura profunda da sociabilidade e do modo de vida social dos seres humanos – dito de outra forma, da

“natureza humana”, um conceito generalizadamente rejeitado por esses enfoques. Lévi-Strauss (1949/2003), marco fundamental da Antropologia na discussão dessa questão, aborda-a em relação ao tabu do incesto, que considera como o único universal humano: a única entre as regras sociais que reúne os atributos de duas ordens exclusivas, as dos atributos da ordem da natureza e os da ordem da cultura, pois, sendo norma, é ao mesmo tempo universal. Ao final do capítulo em que se desenvolve essa discussão, o autor expressa o estado de espírito dos cientistas diante desse mistério: os sociólogos, conclui, são quase unânimes em sua timidez diante desse problema.

Sperber (1985) utiliza a expressão “universais culturais” para se referir a diversas outras formas culturais que apresentam esse mesmo desafio, entre as quais ritos funerários, danças, mitos, rituais religiosos e tradições culinárias. A universalidade, evidentemente, não está no conteúdo particular que essas formas culturais assumem em cada caso, o que justamente constitui identidades culturais diversas, e sim na ocorrência recorrente dessas formas, ou estruturas, em contextos culturais diversos e independentes.

Parece possível que alguma forma de divisão de trabalho entre os gêneros seja um universal cultural nesse sentido. Um dos mecanismos subjacentes poderia ser a categorização social. Seres humanos, talvez devido ao uso da linguagem, têm a propensão de definir a si mesmos em relação ao mundo e, neste, especialmente aos outros seres humanos. Não é surpreendente, portanto, que o gênero, categoria auto-evidente, seja um aspecto básico da identidade social de um indivíduo, e que isso carregue um conjunto mais ou menos extenso de diferenciações (Hinde, 1987).

Nossa questão é: será que na divisão de trabalho por gênero há uma tendência recorrente à assunção pelas mulheres e/ou a atribuição a elas, mais do que aos homens, do papel de cuidadora? É o que parece pelas revisões disponíveis na literatura, com variações culturais sugestivas. A Antropologia relata que há culturas em que o papel de cuidadora da mulher em relação aos filhos é limitado à primeira infância, no caso de filhos do sexo masculino: por volta dos cinco anos, os meninos passam à guarda do pai ou de um tio, que os socializará segundo os papéis masculinos prescritos socialmente – desta forma também

reproduzindo a divisão tradicional de trabalho por gênero, ou seja, criando um rapaz que não cuidará de crianças até cinco anos e nem de meninas em qualquer idade.

Uma das maneiras de interpretar a prevalência de mulheres no papel de cuidadoras é em termos da posição social subordinada das mulheres, fenômeno recorrente pelo menos desde as sociedades agrícolas e pastoris da Antigüidade. Pode-se pensar que, devido a seu status menor na hierarquia social, às mulheres eram atribuídas tarefas menos valorizadas socialmente por não serem produtoras de valor de troca. Ou, reciprocamente, por não produzirem valor de troca e por serem desempenhadas por mulheres, já socialmente discriminadas, essas tarefas teriam tido seu valor social reduzido, completando uma circularidade de significados culturais.

Ainda assim, não é fácil compreender porque as mulheres continuam a assumir majoritariamente as tarefas básicas de cuidado, mesmo quando participam da produção de bens de troca, o que nas classes menos favorecidas é uma constante desde sempre na história humana, em maior ou menor grau. Nas sociedades contemporâneas, muitas mulheres de classe média e alta trabalham em regime integral e responsabilizam-se pelos filhos e pela administração doméstica. No entanto, direta ou indiretamente delegam o cuidado dos filhos e da casa a uma outra pessoa, seja ela familiar, empregada ou educadora de creche, tipicamente também mulheres.

Pode-se perguntar: será que as mulheres não confiam nos homens para essas tarefas? Essa hipótese seria compatível com a idéia de que as mulheres são melhor dotadas e mais motivadas do que os homens para o cuidado, devido às pressões seletivas decorrentes de seu alto investimento parental. Essa melhor dotação justificaria a prevalência cultural de mulheres cuidadoras: arranjos culturais também precisam ser eficientes e, para isso, em alguma medida precisam compatibilizar-se com as condições físicas e psicológicas dos agentes sociais. Neste contexto, é mais uma vez interessante recorrer a Mead (1950/2000): tal como indicado acima, Mead sustenta que os traços selecionados por cada cultura não têm base biológica em termos de sexo, ou seja, não são geneticamente masculinos ou femininos, o que poderia ser

inato, em sua concepção, são as diferenças individuais de temperamento, que representam a gama de possibilidades características da espécie humana e que estão presentes em ambos os sexos em todas as populações humanas, ainda que com prevalência variável. Sobre essa distribuição de características de temperamento é que atuaria a pressão cultural, a qual os indivíduos se ajustariam com maior ou menor facilidade dependendo de suas características “ínatas”. Assim, uma interpretação psicobiológica das diferenças culturais documentadas por ela poderia ser a de que, em uma cultura “masculinizada” como a dos Mundugumor, as pressões culturais resultariam em maior incidência na população de mulheres com traços “masculinos”, que são socialmente mais valorizadas e, portanto, têm mais acesso ao casamento e à procriação. Por outro lado, na cultura Arapesh, os traços “femininos” dos homens teriam espaço social para se manifestar e, conseqüentemente, ocorreriam com maior frequência na população. Esta é uma das formas possíveis de compatibilizar ou articular os enfoques psicobiológicos e culturalistas, conforme defendido por Morin (1973, 2004) e pela própria Mead (1960/2000), que critica a perda de diálogo da Antropologia com as ciências biológicas, particularmente a Etologia.

Nenhum desses argumentos justifica, no entanto, a desvalorização social do papel de cuidador. Decorreria ela de sua associação com o sexo feminino e seu lugar social? Colocar a questão em termos de oposição, tais como: o cuidado é desvalorizado porque é um papel historicamente atribuído à mulher, ou a mulher é desvalorizada porque historicamente tendeu a assumir esse papel – parece correr o risco de uma simplificação excessiva.

Para aprofundar essa questão, seria preciso compreender melhor quando, onde e por que o cuidado – principalmente no sentido de cuidado interpessoal, já que se pode atribuir ao homem uma outra forma de cuidado como provedor – perde valor social, se isso está ou não associado à desvalorização social da mulher e/ou à sua exclusão do trabalho produtivo (lembrando a relatividade dessa exclusão, já que, conforme foi argumentado antes, mulheres sempre participaram em alguma medida do trabalho produtivo) e com isso à sua dependência do sustento masculino.

Considerações finais

Nas últimas décadas, em decorrência do movimento feminista e de outras vertentes culturais, têm havido transformações importantes nas relações de gênero e no lugar social da mulher, embora ainda haja um longo caminho a trilhar rumo à igualdade de direitos, principalmente nas camadas menos favorecidas. A médio e longo prazo essas transformações podem oferecer mais material para a reflexão e pesquisa sobre as questões colocadas aqui, cuja discussão ainda está em aberto. Por exemplo, será que os homens se tornarão mais cuidadores, e/ou que o cuidado passará a ser mais valorizado socialmente? Será que as mulheres abrirão mão de seu papel no cuidado parental, aparentemente tão arraigado em sua própria constituição física e psicológica? Será que os homens conquistarão mais direito à expressão da afetividade, implícita no papel de cuidador? Estarão as mulheres apenas somando os papéis associados ao masculino e ao feminino, ou tendendo a dividi-los mais igualitariamente com os homens?

Seria interessante pesquisar mais detida e dinamicamente, em nossa sociedade em transformação, como homens e mulheres vivem e vêem essa questão nos dias atuais, quais as suas práticas, expectativas, convicções e valores em relação ao papel de cuidador. O trabalho nessa direção envolve, como sugere a abordagem proposta neste artigo, uma interação íntima entre os olhares das várias disciplinas que tomam o homem como seu objeto de estudo e reflexão: é esse diálogo multidisciplinar que permitirá a contraposição e eventual síntese de recortes estanques e fragmentados da complexidade biopsicosocial do ser humano.

Referências

- Almeida, M. A. (2005). *Família e trabalho: O casal e a empresa familiar*. Salvador: FIB.
- Andrade, R. P., Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2006). Significações de paternidade adotiva: Um estudo de caso. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 16, 241-252.
- Araújo, C., & Scalón, C. (2005). Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In C. Araújo & C. Scalón (Orgs.), *Gênero, família e trabalho no Brasil* (pp. 15-77). Rio de Janeiro: EdFGV.

- Araújo, C., & Scalón, C. (2006). Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21(62), 45-68.
- Bastos, A. C. S. (2001). *Modos de partilhar: A criança e o cotidiano da família*. Taubaté, SP: Cabral.
- Beraldo, K. E. A., & Carvalho, A. M. A. (2006). Ouvindo educadoras de creche sobre suas experiências no trabalho. *Temas em Psicologia*, 14, 35-49.
- Benedict, R. (2006). *Patterns of culture*. New York: Houghton Mifflin. (Original publicado em 1934)
- Berger, P. L., & Berger, B. (1977). O que é uma instituição social? In M. M. Foracchi & J. S. Martins (Orgs.), *Sociologia e sociedade* (pp. 193-199). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- Bomfim, A. C., Bastos, A. C., & Carvalho, A. M. A. (2007). A família em situações disruptivas provocadas por hospitalização. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17(1), 84-94.
- Borges, A. (2007). Reestruturação produtiva, família e cuidado: Desafios para políticas sociais. In A. Borges & M. G. Castro (Orgs.), *Família, gênero, gerações: Desafios para as políticas sociais* (pp. 179-206). São Paulo: Paulinas.
- Bowlby, J. (1984). *Apego*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bruner, J. S. (1976). Nature and uses of immaturity. In J. S. Bruner, A. Jolly, & K. Sylva (Eds.), *Play: Its role in development and evolution* (pp. 28-64). London: Penguin Books.
- Bueno, E. (1999). *Capitães do Brasil: A saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Burling, R. (2005). *The talking ape: How language evolved*. Oxford: Oxford University Press.
- Carvalho, H. S. (2007). *Aldeias SOS: Um estudo com egressos*. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Católica do Salvador, Salvador, BA.
- Castro, M. G., Miranda, M. B. S., & Almeida, N. O. G. L. (2007). Juventude, gênero, família e sexualidade: Combinando tradição e modernidade. In A. Borges & M. G. Castro (Orgs.), *Família, gênero, gerações: Desafios para as políticas sociais* (pp. 45-110). São Paulo: Paulinas.
- Cavalcanti, V. R. S. (1996). *Vestígios do tempo: Memórias de mulheres católicas (1929-1942)*. Dissertação de mestrado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.
- Cavalcanti, V. R. S. (2005). A contramaré da exclusão, pobreza e trabalho: Visibilidade da condição feminina no Brasil. In J. C. Petrini & V. R. S. Cavalcanti (Orgs.), *Família, sociedade e subjetividades: Uma perspectiva multidisciplinar* (pp. 84-110). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Condon, W. S., & Sander, L. W. (1974). Neonate movement is synchronized with adult speech: Interactional participation and language acquisition. *Science*, 183, 99-101.
- DaMatta, R. (2000). *A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Del Priore, M. (Org.). (2001). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Delcor, N. S., Araújo, T. M., Reis, E. J. F. B., Porto, L. A., Carvalho, F. M., Silva, M. O., Barbalho, L., & Andrade, J. M. (2004). Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 20, 187-196.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (1997). *Emprego e desemprego de mulheres no Brasil*. Recuperado em 17 de agosto de 2007, de www.dieese.org.br/esp/es1out97.xml
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2001). *DIEESE: Anuário 2000-2001*. Recuperado em 15 fevereiro 2008, de <http://www.dieese.org.br/anu/2001/anu2001-2.xml>

- Eckerman, C. O., Oehler, J. M., Medvin, M. B., & Hannan, T. E. (1994). Premature newborns as social partners before term age. *Infant Behavior & Development, 17*, 55-70.
- Eliade, M. (2002). *Tratado de história das religiões* (2a ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1949)
- Engels, F. (2002). *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Original publicado em 1884)
- Field, T. M., Woodson, R., Greenberg, R., & Cohen, D. (1982). Discrimination and imitation of facial expressions by neonates. *Science, 218*, 179-181.
- Hinde, R. A. (1987). *Individuals, relationships and culture: Links between ethology and the social sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jablonski, B. (2007). O cotidiano do casamento contemporâneo: A difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: Saúde, trabalho e modos de vinculação* (pp. 203-228). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Leakey, R. (1981). *A evolução da humanidade*. São Paulo: Melhoramentos.
- Leakey, R., & Lewin, R. (1980). *Origens: O que novas descobertas revelam sobre o aparecimento de nossa espécie e seu possível futuro*. São Paulo: Melhoramentos.
- Lévi-Strauss, C. (2003). *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1949)
- Lordelo, E. R., & Carvalho, A. M. A. (1989). Comportamento de cuidado entre crianças: Uma revisão. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 5*, 1-19.
- Lordelo, E. R., & Carvalho, A. M. A. (1999). Um estudo naturalístico do comportamento de cuidado entre crianças pré-escolares. *Biotemas, 12*(1), 7-30.
- Lyra, J., Leão, L. S., Lima, D. C., Targino, P., Crisóstomo, A., & Santos, B. (2005). Homens e cuidado: Uma outra família? In A. R. Acosta & M. A. F. Vitale (Orgs.), *Família: Redes, laços e políticas públicas* (pp. 79-91). São Paulo: Cortez.
- Mead, M. (2000). *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva. (Original publicado em 1950)
- Mead, M. (2000). *Antropología, la ciencia del hombre*. Recuperado em 10 janeiro 2008, de <http://www.esnips.com/doc/2e69808c-ef68-4fa7-9dd8-0542ddd9e102/Mead,-M.-Antropolog%C3%ADa-la-ciencia-del-hombre>. (Original publicado em 1960)
- Meltzoff, A. N., & Moore, M. K. (1977). Imitation of facial and manual gestures by human neonates. *Science, 198*, 74-78.
- Morin, E. (1973). *Le paradigme perdu: La nature humaine*. Paris: Seuil.
- Morin, E. (2004). *Pour entrer dans le XXIe siècle*. Paris: Seuil.
- Numbers, R. L., & Amundsen, D. W. (Eds.). (1986). *Caring and curing: Health and medicine in the western religious traditions*. New York: MacMillan.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2003). Quando o executivo é uma “dama”: A mulher, a carreira e as relações familiares. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: Arranjos e demandas contemporâneas* (pp. 57-77). Rio de Janeiro: Loyola.
- Rodrigues, M. M. P. (1998). Evolução do investimento parental em primatas: O caso do Homo sapiens. In L. Souza, M. F. Q. Freitas & M. M. P. Rodrigues (Orgs.), *Psicologia: Reflexões (im)pertinentes* (pp. 273-292). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Schaal, B., Montagner, H., Hertling, E., Bolzoni, D., Moyse, A., & Quichon, R. (1980). Les stimulations olfactives dans les relations entre l'enfant et la mère. *Reproduction, Nutrition, Development, 20*, 843-858.
- Silva, G., Nader, M. B., & Franco, S. (Orgs.). (2006). *História, mulher e poder*. Vitória: EdUFES.
- Soares, M. P. (2005). *Comportamento de cuidado: Quando crianças com necessidades especiais são cuidadas por irmãos em ambiente familiar*. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Católica do Salvador, Salvador, BA.

- Sorj, B. (2004). *Trabalho e responsabilidades familiares: Um estudo sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: OIT.
- Sperber, D. (1985). Contra certos a-priori antropológicos. In E. Morin & M. Piattelli-Palmarini (Orgs.), *A unidade do homem: Vol. 3. Invariantes biológicos e universais culturais* (pp. 17-32). São Paulo: Cultrix.
- Spink, M. J. P. (1982). *Experiences of first pregnancy and use of antenatal services in São Paulo, Brazil*. Unpublished doctoral dissertation, University of London, London.
- Stern, D. N., Beeb, B., Jaffe, J., & Bennet, S. L. (1977). The infant stimulus world during social interactions. In M. H. Bornstein & J. S. Bruner (Eds.), *Interaction in human development* (pp. 173-196). New York: Lawrence Erlbaum.
- Torres, A. (2004). Casamento: Tempos, centramento, gerações e gênero. *Caderno CRH*, 17, 405-429.

Artigo recebido em 13/05/2008.

Aceito para publicação em 21/12/2008.

Endereço para correspondência:

Profa. Dra. Ana Maria Almeida Carvalho. Rua da Invernada, 12. CEP 06355-340. Carapicuíba-SP, Brasil. E-mail: amacarva@uol.com.br

Ana Maria Almeida Carvalho é Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, Professora Associada (aposentada) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti é Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, Professora Visitante do Centro de Estudios Brasileños da Universidad de Salamanca, Espanha.

Maria Alice de Almeida é Professora da Fundação Visconde de Cairu.

Ana Cecília de Sousa Bastos é Professora Associada do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia.